

GLOBALIZAÇÃO, ESTADO NACIONAL E A VOLTA DO PENSAMENTO LIBERAL¹

Fernando Augusto M. Mattos²

1. APRESENTAÇÃO

Meu objetivo neste artigo é apresentar, de maneira crítica, o chamado processo de globalização da economia mundial, procurando apontar as principais transformações ocorridas na economia internacional desde o pós-guerra. Ressaltarei também os desafios que se colocam ao papel do Estado Nacional dos diversos países neste contexto de economia globalizada, procurando por fim avaliar qual tem sido o custo social de todo este processo.

A crise econômica que se abateu sobre os países capitalistas centrais a partir dos anos 70 e as mudanças ocorridas no cenário econômico e nas relações diplomáticas entre estes países deram origem a uma mudança acelerada e profunda na hegemonia ideológica que dava sustentação às regras de funcionamento da economia internacional. No pós-guerra, o keynesianismo atingiu o seu auge e isto teve um impacto significativo tanto nas regras de funcionamento do sistema financeiro internacional quanto na formulação de políticas econômicas nos diversos países capitalistas avançados. A partir da crise dos anos 70, a hegemonia keynesiana foi sendo progressivamente superada pelo liberalismo de mercado, que atinge seu auge no início dos anos 80. A evolução das medidas de política econômica de corte liberal e suas contradições constituirão o marco principal da análise feita neste texto a respeito das transformações pelas quais tem passado o capitalismo na segunda metade deste século, em processo de intensas transformações na forma de internacionalização do capital, processo este que

1 Este texto é uma versão melhorada de palestra por mim proferida na FACECA, no dia 30 de outubro de 1997, por ocasião do lançamento do livro "Estado, Mercado e Tributação", de autoria do Prof. Valdemir Pires (UNIMEP).

2 Professor do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (FACECA/PUC-Campinas), Mestre e doutorando pelo Instituto de Economia da UNICAMP.

a imprensa e amplos segmentos do meio acadêmico têm chamado de 'globalização'.

2. CENÁRIO DO IMEDIATO PÓS-GUERRA

Para começarmos, precisamos resgatar os principais aspectos econômicos e políticos que se colocavam no cenário do imediato pós-guerra, especialmente na Europa. Este cenário peculiar acabou definindo as condições em que foram formuladas as regras de funcionamento da economia internacional a partir do momento em que cessaram os combates da Segunda Guerra Mundial.

Voltemos, portanto, a 1944. Em julho deste ano, representantes de 44 países (sob a presidência de John Maynard Keynes, que também atuou como representante da Grã-Bretanha) reuniram-se em uma pequena cidade do estado norte-americano de New Hampshire, chamada Bretton Woods, para definir as regras de funcionamento da economia internacional a partir de então. O objetivo principal das reuniões de Bretton Woods era criar instrumentos monetário-financeiros para a reconstrução das economias devastadas pela Guerra, restabelecer os fluxos do comércio internacional e retomar mecanismos de crescimento econômico que conduzissem o mundo capitalista a um período de prosperidade e pleno emprego.

Ainda estavam muito vivas as reminiscências do período do entre-guerras, denominada de Grande Depressão, marcada por uma sucessão de hiperinflações, pela devastação do tecido social e pela ampliação da pobreza em toda a Europa. Aquele período de pouca prosperidade e de deterioração socioeconômica havia sido resultado das seqüelas mal resolvidas herdadas da Primeira Guerra Mundial, que acabaram criando condições propícias ao surgimento de movimentos fascistas e nazista (caso da Alemanha) e, conseqüentemente, a um novo conflito mundial.

Quais foram, então, as principais medidas definidas em Bretton Woods?

Foram criados o FMI (com a função de servir como prestador de última instância aos países com dificuldades de balanço de pagamen-

tos), o GATT (função de estabelecer regras para o livre comércio entre as nações) e o Banco Mundial (função de conceder empréstimos para projetos específicos de países, especialmente em infra-estrutura para o funcionamento da economia). A criação de regras monetário-financeiras também devem ser aqui destacadas: estabeleceu-se uma paridade entre o dólar (que passaria a ser a moeda de curso internacional) e o ouro (35 dólares a onça de ouro) e também ficou definido previamente que as demais moedas teriam uma paridade fixa (mas ajustável) com o dólar. Os países poderiam fazer oscilar suas moedas na faixa de 1% acima e 1% abaixo da taxa previamente definida em relação ao dólar sem precisar consultar o FMI ou em até 10% consultando o FMI sob certas condições (na verdade estas 'condições' acabaram não sendo definidas claramente com o passar dos anos)³. O Tesouro dos EUA assumiu também o compromisso de honrar a conversibilidade em ouro das reservas em dólar dos diversos países. Isto foi importante para que, por muitos anos, o dólar fosse aceito como uma moeda estável pelos agentes econômicos internacionais.

O contexto político da guerra fria fez com que os EUA se colocassem como fiadores da reconstrução européia e japonesa. A prosperidade que já se percebia na URSS e a ameaça de vitória dos partidos comunistas europeus fizeram com que os americanos investissem pesadamente na reconstrução dos países europeus e do Japão, com o claro intuito de evitar que as dificuldades econômicas enfrentadas pelos povos que haviam se envolvido diretamente na guerra pudessem fazer aumentar suas simpatias pelos ideais socialistas/soviéticos (lembrar também que a URSS tinha tido papel decisivo na vitória sobre os nazistas, o que contribuía para aumentar a simpatia dos povos europeus por este país).

A hegemonia ideológica do momento estava com os keynesianos. Os horrores da guerra e o período anterior de hegemonia liberal (durante a Depressão do entre-guerras) fizeram com que se tornassem

3 É importante ressaltar que estas regras voltadas à estabilidade cambial só passaram a ser efetivamente seguidas pelos países a partir de 1958, conforme alerta Bordo (1994), tendo sido, portanto, mais importantes para a continuidade do crescimento econômico dos países capitalistas desenvolvidos do que exatamente para a reconstrução do pós-guerra, a qual foi, como veremos, viabilizada principalmente pela implementação do Plano Marshall.

hegemônicas as idéias de planejamento e de intervenção dos Estados Nacionais para recolocar as economias capitalistas na rota do desenvolvimento sustentado. O livro de Andrew Walter (1993) define bem o que estava na mente dos representantes dos principais países nas reuniões de Bretton Woods: "o objetivo não era estabelecer um regime de empresa privada mas de criar um clima de expansão mundial consistente com os objetivos sociais e econômicos do New Deal". As idéias de livre-mercado e de não-intervenção do Estado eram então ridicularizadas em todos os meios, conforme lembra Hobsbawm (1995), na seguinte passagem em que ele se refere aos liberais: "Eram verdadeiros crentes da equação 'Livre Mercado=liberdade do indivíduo', e conseqüentemente condenavam qualquer desvio dela, como, por exemplo, *A Estrada para Servidão*, para citar o título do livro de Hayek publicado em 1944. Tinham defendido a pureza do mercado na Grande Depressão. Continuavam a condenar as políticas que faziam de ouro a Era de Ouro, quando o mundo ficava mais rico e o capitalismo (acrescido do liberalismo político) tornava a florescer com base na mistura de mercados e governos. Mas entre a década de 1940 e a de 1970 ninguém dava ouvidos a tais Velhos Crentes".

Em Bretton Woods haviam sido criadas também diversas regras para controlar os movimentos de capitais e para garantir a estabilidade do dólar como moeda internacional que forneceria liquidez para as transações econômicas dos novos tempos. Vale citar uma afirmação de Keynes que data ainda de 1933⁴, alertando para a necessidade de conter a expansão do capital financeiro internacional, por causa de seu potencial disruptivo e instabilizador sobre a economia internacional: "Idéias, conhecimento, ciência, hospitalidade, viagens - existem coisas que devem, por sua natureza, ser internacionais. Mas permitamos que as mercadorias sejam feitas nacionalmente quando quer que isto seja razoável e convenientemente possível e, acima de qualquer coisa, deixemos que as finanças sejam primordialmente nacionais". Keynes estava preocupado, evidentemente, com a criação de mecanismos para que as potencialidades produtivas do capitalismo nacional não fossem obstaculizadas, de tal maneira que o pleno emprego

4 Epígrafe do capítulo 1 do livro de Kapstein (1996).

pudesse ser atingido com a reconstrução das economias e mantido depois que esta tivesse sido completada.

O contexto da Guerra Fria permitiu a implementação de um plano de estímulo às economias européias, elaborado pelos EUA, o Plano Marshall. Este plano foi efetivamente implementado em 1948 e através dele os EUA injetaram vultosa soma de dólares nas economias em reconstrução⁵. As exportações americanas expandiram-se vigorosamente, pois as necessidades de compras de matérias-primas e novas máquinas por parte destes países voltaram-se todas para a pujante economia americana.

Os sindicatos e o Estado Nacional, neste contexto, tiveram também papel primordial. O pacto social-democrata só foi viabilizado porque foram expressivos os ganhos em produtividade, de salários e a melhoria no perfil de distribuição de renda. O Estado Nacional atuou não somente construindo o Welfare State, mas também realizando investimentos diretos em infra-estrutura que criaram condições materiais favoráveis aos investimentos diretos dos capitalistas.

Tabela 1. Taxas médias anuais de crescimento do Produto Interno Bruto por período

	em %					
1870-1986						
Países selecionados	1870-1913	1913-1950	1950-1960	1960-1973	1973-1986	1990-1993 *
EUA	4,16	2,79	3,25	3,96	2,52	1,5
GRÃ-BRETANHA	1,90	1,29	2,87	3,14	1,43	-0,1
ALEMANHA	2,81	1,30	7,97	4,37	1,85	1,8
FRANÇA	1,63	1,15	4,57	4,61	3,19	0,9
ITÁLIA	1,47	1,44	5,75	5,30	2,33	0,9
JAPÃO	2,46	2,24	8,83	9,64	3,68	2,55

Fonte: A.Maddison (1989), pág. 119 a 123. Dados e países selecionados por este autor (Fernando Mattos).

(*) Dados do FMI, citados por J. Gorender (1997).

Os indicadores socioeconômicos dos Anos Dourados podem ser avaliados pela leitura das três primeiras tabelas deste artigo. A tabela 1

5 O Japão também recebeu expressivos aportes de capitais dos americanos para estimular sua reconstrução.

mostra que as taxas anuais médias de crescimento, nas décadas de 50 e de 60, assumiram resultados sem precedentes na História do capitalismo. Os valores desta tabela demonstram a rapidez do processo de reconstrução dos países europeus e do Japão no pós-guerra. Na tabela 2, podemos constatar que, nos primeiros sete anos da década de 60, ainda eram bastante reduzidas as taxas de desemprego nos principais países capitalistas. Este indicador, porém, piorou consideravelmente nos anos subseqüentes, destacando-se o dramático quadro revelado pelos dados das décadas de 80 e de 90.

Tabela 2. Taxas de Desemprego Padronizadas 1960-1995

Países	Em porcentagem				
	1960-1967	1968-1973	1974-1979	1980-1989	1990-1995
Alemanha	0,8	0,8	3,5	6,8	5,3
Espanha	2,3	2,7	5,3	17,5	19,2
França	1,5	n.d.	4,5	9,0	10,6
Inglaterra	1,5	2,4	4,2	9,5	9,2
Itália	4,9	5,7	6,6	9,9	10,5
Suécia	1,6	2,2	1,9	2,5	4,9
Japão	1,3	1,2	1,9	2,5	2,4
Canadá	4,8	5,4	7,2	9,3	10,4
EUA	5	4,6	6,7	7,2	6,5

Fonte: OCDE, BLS (apud Dedecca, 1996).

A tabela 3, por sua vez, deixa claro que, nos anos 60, a taxa anual média de crescimento do salário horário real na indústria de transformação foi expressiva, sendo possível identificar casos, como na Itália, Japão e França, em que este indicador demonstrou ótimos resultados ainda até meados dos anos 70, tendo, porém, como em todos os demais exemplos nacionais, mergulhado vertiginosamente para valores decepcionantes nos anos 80 (nos anos 90, dados que a tabela não mostra, o quadro se deteriora ainda mais).

Tabela 3. Taxa médias anuais de crescimento do salário horário real na Indústria de Transformação

1960-1989	em %			
Países selecionados	1960-1968	1968-1973	1973-1979	1979-1989
EUA	1,5	1,3	0,0	-0,9
ALEMANHA	4,3	5,2	2,5	1,3
FRANÇA	4,0	5,3	3,7	0,9
INGLATERRA	n.d.	3,7	0,9	2,6
ITÁLIA	3,0	9,0	5,2	0,7
JAPÃO	5,2	9,7	1,6	1,6

Fonte: OCDE Economic Outlook.Paris, 1960-1989;apud Mattoso (1995), pág. 96.

Indicador e países selecionados por este autor.

Dados estes resultados, impõe-se a tarefa óbvia de discutir como ocorreu a inflexão dos principais indicadores socioeconômicos nestes últimos 25 anos nos principais países capitalistas. Para interpretar esta mudança, devemos nos remeter, pelo menos, ao final dos anos 60, quando alguns problemas contrapunham-se à manutenção da trajetória econômica vigente durante os Anos Dourados. A expansão dos déficits no balanço de pagamentos dos EUA, decisiva para a ampliação da oferta de dólares na economia internacional e portanto para oferecer a liquidez necessária para as transformações econômicas do pós-guerra, começa a ser questionada por diversas nações, que temiam pela conversibilidade do dólar em ouro, já que era notório que a expansão da base monetária em dólares superava de longe a produção de ouro que lhe dava lastro. Na verdade, porém, o que estava por trás desta contestação era a oposição de diversas nações, especialmente a França de de Gaulle, ao desmesurado poder que os EUA, como país emissor da moeda de curso internacional, ostentavam naquela ordem internacional.

As contradições do sistema Bretton Woods tornaram-se explícitas exatamente no momento em que o dinamismo industrial dos países europeus apresentava desaceleração, devido ao relativo esgotamento das oportunidades que haviam sido criadas para o investimento direto durante o período de 'catching up' (esforço concentrado dos países europeus, no pós-guerra, em alcançar o nível de desenvolvimento econômico dos EUA).

3. DESGASTE DO SISTEMA BRETTON WOODS E O FORTALECIMENTO DO DISCURSO E DAS POLÍTICAS LIBERAIS

A industrialização de países europeus havia sido completada e não se vislumbrava uma possibilidade de novos impulsos schumpeterianos de crescimento industrial, com ganhos expressivos em produtividade. Além do mais, a relativa estagnação da indústria americana, o aumento das importações de produtos manufaturados pelos EUA e a ampliação de seus gastos militares com a Guerra do Vietnã e com as tropas militares estacionadas na Europa expandiam aceleradamente o déficit no balanço de pagamentos dos EUA.

A desconfiança contra o dólar, neste contexto, não parava de crescer e tal fato levava todo o funcionamento do sistema financeiro internacional a um impasse. Materializava-se, assim, o chamado Dilema de Triffin, em alusão a alertas que o economista da Universidade de Yale, Robert Triffin, vinha fazendo, desde o início dos anos 60, para a contradição fundamental existente no funcionamento do sistema financeiro internacional. Segundo Triffin, a expansão da liquidez financeira internacional em magnitude suficiente para sustentar o crescimento da economia mundial nas condições aceleradas do pós-guerra dependia da contínua ampliação dos déficits no balanço de pagamentos dos EUA. Esta mesma expansão do déficit do balanço de pagamentos dos EUA, porém, criava no próprio sistema financeiro internacional uma crescente desconfiança contra o dólar, pois gerava uma crescente desproporção entre o estoque desta moeda e o estoque de ouro que lhe servia de lastro. Tratava-se, portanto, de um problema relacionado à forma como

foi estruturada a economia internacional desde Bretton Woods, em que uma moeda nacional (e, portanto, emitida por um país e não por um organismo internacional), o dólar, servia como moeda de circulação internacional.

O extraordinário livro de B. Eichengreen (1996) explica o papel (e as contradições) da expansão do déficit no balanço de pagamentos dos EUA para o funcionamento do sistema B. Woods: "A situação complicava-se pelo fato de que o sistema Bretton Woods, assim como o padrão ouro antes dele, gerava sua própria liquidez. Assim como ocorreria sob o padrão ouro, governos e bancos centrais suplementavam suas reservas em ouro com moeda externa (câmbio exterior). Dada a posição dominante dos EUA no comércio internacional e nas finanças e as amplas reservas de ouro dos americanos, os governos e os bancos centrais formavam as suas reservas com acumulação do dólar americano. Os EUA podiam incorrer em déficits de balanço de pagamentos na magnitude do desejo dos governos e bancos centrais em acumular dólares. Os EUA poderiam limitar esta magnitude aumentando as taxas de juros, tornando mais custosa a aquisição destes dólares por parte dos bancos centrais. Ou poderiam inundar o sistema com liquidez caso exercessem restrições inadequadas. De qualquer forma, o sistema permanecia dependente de dólares para o incremento de suas necessidades de liquidez".

Os relatos e livros sobre as reuniões de Bretton Woods (Mikesell, 1994, por exemplo) mostram que Keynes sugeriu que fosse criada uma moeda internacional (o 'bancor') para evitar que o fornecimento de liquidez da economia mundial fosse dependente das decisões tomadas por um único país. A evolução do sistema financeiro internacional mostrou que Keynes estava com toda a razão ao defender que a moeda internacional fosse criada e gerida por organismos internacionais e que não dependesse, para sua emissão, de decisões tomadas por um país em particular. O poder desproporcional dos EUA do pós-guerra, porém, derrotou as propostas de Keynes. Desta forma, a Nação hegemônica, maior vencedora da Segunda Guerra Mundial, conseguiu fazer com que o dólar assumisse de fato a posição de moeda internacional mais importante. Eichengreen (1996) acrescenta que as contradições inerentes ao sistema Bretton Woods e a estabilidade do padrão

monetário internacional baseado no dólar tiveram uma relativamente longa duração apenas por causa da convergência de interesses políticos entre os países ocidentais e o Japão no contexto da Guerra Fria. A ação política dos EUA em conversações constantes com outros países, assim como algumas medidas instrumentais tomadas pelos americanos, especialmente nos anos 60, foram postergando a derrocada da frágil estabilidade da conversibilidade ouro-dólar.

Em meados de 1971, a imprensa começou a divulgar insistentemente que a França e a Inglaterra planejavam requerer, junto ao Tesouro americano, a conversão (em ouro) de suas reservas denominadas em dólar. Em agosto deste mesmo ano, o presidente dos EUA, Richard Nixon, decide decretar o fim da paridade dólar-ouro, anunciando em canal de TV que o Tesouro dos EUA não mais honraria a conversão do dólar em ouro. Foi um golpe duro no sistema Bretton Woods. Em 1973, as paridades cambiais são abandonadas, seguindo-se outras medidas liberalizantes. Neste mesmo ano, a crise do petróleo serve como um novo empurrão, abismo abaixo, na economia capitalista⁶.

É neste contexto de crise e de impasse para a manutenção do crescimento econômico acelerado das duas décadas anteriores que os liberais ressurgem e começam a fazer valer suas críticas em relação ao funcionamento da economia internacional. Como os liberais interpretavam a inversão da trajetória de crescimento no final dos anos 60? A 'culpa', segundo eles, era do Estado e das Sociedades, que não aceitavam abrir mão de conquistas obtidas no pós-guerra. Neste momento de 'virada' da hegemonia ideológica, ganham força, nas instituições e organismos internacionais, assim como em diversos governos de países capitalistas avançados, as medidas ortodoxas de política econômica, aliadas a uma série de propostas de 'flexibilização' dos mercados de trabalho nacionais que, na verdade, escondem a sua principal motivação: um ataque frontal aos direitos dos cidadãos e dos trabalhadores⁷. A mudança da hegemonia ideológica explica a escalada de medidas liberalizantes nas regras cambiais e na movimentação dos capitais financeiros, assim como as tentativas (muitas das quais bas-

6 Ver na tabela 1 como as taxas de crescimento econômico, a partir de 1973, sofrem queda acentuada.

7 Voltaremos a este tema tão importante mais à frente.

tante bem sucedidas) de desmonte do Estado de Bem-Estar Social construído no pós-guerra.

Em 1979, os EUA adotam a 'política do dólar forte', implementada por Paul Volcker, que se baseou em forte valorização da moeda americana e elevação brutal das taxas de juros pelo FED, a qual teve de ser acompanhada por todos os demais países, pois a já elevada mobilidade do capital financeiro na época exigia que os países capitalistas tomassem também esta medida para evitar a drenagem total de suas reservas em direção aos mercados financeiros americanos.

As eleições de Reagan e Thatcher marcaram a definitiva virada ideológica em favor dos liberais. Os mecanismos de controle de movimentação do capital financeiro foram sendo suprimidos, obrigando os demais países a acompanharem as mudanças institucionais promovidas por EUA e Inglaterra. A base ideológica de tais medidas residia na crença de que a liberdade total de movimentação de recursos geraria a melhor alocação possível destes. O resultado de tal processo, não obstante, foi a ampliação da instabilidade financeira mundial, a elevação das taxas de juros reais e a queda das taxas de investimento produtivo nos principais países capitalistas. Aumentou crescentemente a relação entre a Dívida Pública e o PIB dos países, uma vez que a ampliação da primeira dá-se principalmente pelas crescentes taxas de juros, enquanto o PIB cresce a modestas taxas médias anuais, geralmente abaixo das taxas médias de juros. Desta forma, fica evidenciada a inconsistência das medidas monetaristas de combate ao aumento dos déficits orçamentários e ao aumento das Dívidas Públicas dos respectivos países capitalistas.

A questão do déficit orçamentário é uma, entre tantas outras, que podemos invocar aqui para desvendar a falácia das promessas liberais. Nos final dos anos 60 e principalmente nos anos 70, a ideologia então novamente dominante defendia a idéia de que a reversão dos déficits deveria dar-se pelo corte das despesas. Uma vez eliminado o déficit orçamentário, defendia a nova corrente dominante, seria possível proceder a uma contínua diminuição das taxas de juros, propiciando um ambiente adequado para uma posterior retomada do crescimento econômico. Mas o que a teoria ortodoxa não conseguia perceber

era que os juros não estavam relacionados com os déficits orçamentários, mas com a elevação da instabilidade financeira internacional, a qual exigia dos países manter elevadas as suas taxas de juros reais, para evitar a fuga de capitais que debilitariam suas respectivas posições nos balanços de pagamentos.

O controle da inflação passou a depender cada vez mais de medidas ortodoxas de contenção de demanda, estabelecendo-se, portanto, condições cada vez mais adversas para a retomada do crescimento econômico.

A manutenção de uma baixa inflação passou a ser o objetivo central na formulação das políticas econômicas nacionais, pois o aumento dos preços debilita o rendimento real de títulos públicos já emitidos, podendo provocar perdas patrimoniais expressivas e de grande alcance especialmente em economias que carregam crescentes estoques de Dívida Pública. Desta forma, os governos passam a recorrer a aumentos das taxas de juros de curto prazo para manter a economia sem pressões de demanda e portanto com inflação (ortodoxamente) controlada. O aumento da remuneração dos títulos fazia aumentar também, por conseguinte, os gastos com a Dívida Pública, realimentando os déficits operacionais dos Estados Nacionais. Volta-se, então, ao ponto inicial, com ampliação da Dívida Pública e do Déficit Público, mas agora com a economia em recessão, conforme ocorreu principalmente a partir do início dos anos 80.

Desta forma, percebe-se que a perda de dinamismo das economias teve um papel central para a ampliação dos déficits. Na verdade, como já dissemos, desde o final dos anos 60 é que o debate sobre os déficits orçamentários começa a surgir com mais força. Esta era uma preocupação central dos liberais pois estes achavam que o aumento dos gastos públicos era o responsável pelo aumento do déficit e este o culpado pelo aumento da inflação. A verdade, porém, é que os anos 50 e 60 ensinaram que o gasto público expandiu-se aceleradamente mas os déficits não surgiram pois o volume de negócios privados gerados na economia também aumentou expressivamente, aumentando portanto a arrecadação de impostos, compensando com folga a ampliação dos gastos públicos, como mostra o importante trabalho de Andrew

Glyn (1996). No final dos anos 60 e início dos 70, entretanto, os déficits começam a surgir e não foi mera coincidência que isto tenha ocorrido exatamente quando a atividade econômica sofria uma inflexão. A inflação que ressurgia neste momento estava na verdade relacionada à crescente desconfiança contra o dólar, aos problemas de realização dinâmica da indústria (e o aumento de seus custos fixos médios⁸) e finalmente à elevação dos preços do petróleo e demais commodities.

No final dos anos 70 e especialmente no início dos anos 80, começa a se mostrar com toda a força a globalização financeira. A livre movimentação de capitais ao redor do mundo debilita fortemente o raio de manobra dos Estados Nacionais para realizar a política econômica. O Estado Nacional torna-se cada vez mais refém da manutenção de elevadas taxas de juros reais e cada vez mais dependente do controle ortodoxo da inflação, sem com isso, porém, evitar a instabilidade econômico/financeira. O ambiente de elevada incerteza debilita o estado de confiança necessário para estimular os investimentos produtivos privados, dificultando a retomada do crescimento econômico em bases consistentes. A crise fiscal do Estado também faz refluir o gasto público voltado para a atividade produtiva e para a ampliação da infraestrutura social.

A ampliação da movimentação da riqueza financeira foi erodindo as bases de sustentação do sistema Bretton Woods, pois ampliava a necessidade de rever as paridades cambiais que haviam sido definidas no final da década de 40, as quais conferiram ao sistema certa estabilidade. Mais uma vez seria pertinente citar B. Eichengreen a este respeito: “(a desregulamentação dos movimentos do capital financeiro) faz com que apenas os ajustamentos entre as paridades cambiais possam reverter os desequilíbrios criados (desequilíbrios nos balanços de pagamentos dos países). E isto (mudanças bruscas de paridades cambiais) os acordos de Bretton Woods procuravam deter. Seus artigos desencorajavam ajustes antecipatórios (nas taxas de câmbio). Eles (artigos do acordo B. Woods) forçavam governos a negar que as mudanças de paridade (cambial) fossem contempladas e faziam com que eles (os governos) sofressem constrangimentos se levados a des-

⁸ Os custos fixos médios aumentavam como resultado da recessão e do sobredimensionamento dos projetos de investimentos iniciados nos anos 60.

valorizar (o câmbio). Uma vez que a mobilidade de capital aumentou nos anos 60, os conflitos foram acentuados". O autor alerta portanto para as crescentes dificuldades impostas aos formuladores nacionais de política econômica à medida que se ampliavam os fluxos internacionais de capital financeiro, ressaltando que esta desregulamentação do capital financeiro solapou as bases de sustentação do sistema definido em Bretton Woods.

Neste contexto, também a necessidade de manter altas taxas de juros reais e inflação obsessivamente controlada impõe-se cada vez com maior força sobre os Estados Nacionais. Estes constrangimentos para a elaboração da política econômica estavam relacionados à imperiosa exigência de garantir os valores reais dos rendimentos financeiros dos títulos públicos e privados emitidos por um mercado financeiro cada vez mais complexo e de peso relativo cada vez maior nas diversas economias nacionais. Como resultado deste ambiente de crescente instabilidade, temos crescimento econômico fraco (resultado principalmente da redução dos investimentos diretos, uma modalidade de aplicação de capital com peso cada vez menor dentro de um mundo de 'globalização financeira' em que a liquidez dos ativos é cada vez mais importante), diminuição da base de arrecadação de impostos, aumento da concentração funcional da renda (por causa do peso crescente dos rendimentos financeiros dentro das economias nacionais) e crise do emprego (Mattos, 1997). Surge então uma nova 'receita' ditada pela hegemonia liberal para a retomada do crescimento econômico: as reformas das relações de trabalho. Para explicar isto, precisamos de um longo percurso de argumentação, que será objeto do próximo item.

4. INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL E IMPACTO SOBRE O TRABALHO

A forte recessão que acometeu os países desenvolvidos no início dos anos 80 ampliou a importância relativa do comércio internacional para

9 Hirst e Thompson (1990) mostram em seu importante trabalho que, tomando-se por base =100 o ano de 1960, com dados do GATT, a produção total dos países desenvolvidos cresceu até 330 em 1990; por outro lado, as exportações multiplicaram-se por cerca de seis no mesmo intervalo de tempo, sendo que a distância entre estes agregados ampliou-se principalmente a partir dos anos 70.

todos eles. As exportações, em um mundo de fronteiras cada vez mais tênues, passaram a ser uma alternativa importante para as empresas transnacionais. É neste contexto que o comércio exterior passa a ter importância cada vez maior, confirmando uma tendência de crescimento do conjunto do comércio exterior acima do crescimento da produção desde os anos 70⁹. Deve-se ressaltar que o comércio internacional já vinha crescendo muito desde o pós-guerra, mas nos Anos Dourados o crescimento acelerado dos países capitalistas estava fundamentalmente baseado em seus respectivos mercados internos, conforme apontaram Boyer (1995) e o trabalho de Glyn et alii (1990), do qual retiramos a seguinte passagem, que esclarece esta questão: "O crescimento estava principalmente centrado no comércio doméstico. Embora o comércio internacional tenha crescido rapidamente, ele começou de um patamar bastante reduzido de tal forma que para países individuais (que não os muito pequenos) o mercado doméstico dominou o crescimento da demanda. Além disso, uma proporção crescente do comércio internacional ocorreu entre países avançados. Portanto foi o mercado interno dos países avançados como um todo que gerou a demanda necessária para justificar o investimento".

O investimento direto externo (IDE) também passa a expandir-se com maior velocidade do que as próprias exportações, evidenciando a abertura dos diversos países ao exterior¹⁰. Deve-se ressaltar, entretanto, que vai se materializando uma tendência ao aumento do comércio internacional entre matrizes-filiais das empresas transnacionais (tabela 4), assim como uma tendência de concentração do destino dos fluxos de investimentos diretos externos nos países mais desenvolvidos (tabela 5).

Portanto, se a globalização pode ser descrita pelo aumento do comércio internacional e pela ampliação dos fluxos de investimento externo direto ao redor do globo, em escala em ambos os casos superior ao aumento da produção de bens e serviços, não se pode perder de vista que o aumento do comércio exterior tem peso cada vez maior do comércio intra-firmas (atendendo aos interesses das grandes empresas

10 Hirst e Thompson (1997) mostram que, tomando-se por base =100 o ano de 1975, o investimento externo direto (IED) de saída dos países multiplica-se por 7 até 1989, enquanto as exportações apenas triplicaram no mesmo período (dados da UNCTAD).

transnacionais que decidem os locais de produção de partes ou componentes de seus produtos de acordo com uma estratégia cada vez mais autônoma em relação aos Estados Nacionais) e o fluxo de investimentos mostra muitas evidências de que ocorre concentrando-se em poucos países (países desenvolvidos e China).

Tabela 4. Parcela do comércio intra-firma no comércio internacional dos EUA

Matrizes e filiais estrangeiras, por indústria

1983 e 1993

Em porcentagem

Setor e Indústria	MATRIZES				FILIAIS ESTRANGEIRAS (*)			
	Parcela das exportações intra-firmas no total de exportações		Parcela das importações intra-firmas no total de importações		Parcela das exportações intra-firmas no total de exportações (**)		Parcela das importações intra-firmas no total de importações (***)	
	1983	1993	1983	1993	1983	1993	1983	1993
Petróleo	13,8	32,1	21,8	30,5	47,8	47,3	54,8	75,8
Mineração	8,6	n.d.	n.d.	n.d.	19,4	15,5	43,7	79,2
Ind.Transf.	43,0	48,5	60,6	63,4	70,3	74,2	83,4	82,5
Máquinas	61,5	74,9	74,9	75,8	76,1	84,2	92,7	87
Eletrônicos	32,6	39,2	54,1	45,2	73,1	76,6	89,2	93,2
Equip.transp.	49,3	45,9	84,5	77,0	89,3	87,9	81,3	76,1
Comércio (atacado)	9,2	13,8	6,2	10,3	37,5	57,0	88,6	93,4
Total das indústrias	33,8	44,4	37,9	48,6	55,2	64,0	82,8	85,5

Fonte: UNCTAD. (apud World Investment Report 1995).

(*) dados relacionados a filiais estrangeiras de propriedade majoritariamente não-bancária de empresas matrizes não-bancárias dos EUA.

(**) parcela das exportações de filiais estrangeiras em relação às respectivas matrizes e demais filiais destas companhias no total das exportações das filiais.

(***) Parcela das importações de filiais estrangeiras das respectivas matrizes no total de importações provenientes dos EUA.

Desta forma, a partir especialmente do início dos anos 80, a demanda fraca nos principais países e a falta de definição de um novo padrão de consumo geraram nas empresas uma necessidade de ampliar seus mercados no exterior. Os empresários e os economistas conservadores passaram então a atacar, nos mais diversos países (inicialmente

na Inglaterra e nos EUA), toda e qualquer conquista social ou de trabalhadores de setores industriais específicos, sob o argumento de que estes custos debilitam a 'competitividade internacional' de países e de empresas (Gonçalves, 1996). Portanto, o salário dos trabalhadores que, na época do crescimento econômico virtuoso (Anos Dourados), conforme lembra Freyssinet (1995), era encarado como **fonte de demanda** para as empresas, passa a ser visto, a partir especialmente dos anos 80, como **custo**, de tal maneira que todas as formas de remuneração do trabalho passam a ser incluídas, nos meios conservadores, na mídia e no discurso dos empresários, na categoria de 'encargos trabalhistas'¹¹. Assim, todos os esforços dos liberais e de seus pares voltam-se à eliminação das conquistas sociais e da estabilidade das relações de trabalho construídas pelo pacto social-democrata dos anos 50 e 60. Tudo isto sob a promessa liberal de que a prosperidade seguir-se-ia a um período inicial de sacrifícios imposto pela 'ordem globalizante'. Em artigo na Folha de S.Paulo em 1997, o filósofo alemão Robert Kurz comenta estas transformações impressionantes lançando mão de uma perspectiva histórica do século XX: "O totalitarismo, que se manifestara em primeiro plano nas ditaduras fascistas e stalinistas, mergulhou no fundamento da democracia liberal do Ocidente e mostra-se hoje em sua forma mais pura e desenvolvida: como totalitarismo do mercado global e onipresente, que faz dos Homens marionetes de seu princípio econômico, executado pelas coações da concorrência total".

Tabela 5. Valor total e destino dos investimentos diretos mundiais 1967-1989

Ano	Em percentuais		Em bilhões de dólares
	Países industrializados	Países em desenvolvimento	Valor total dos investim. diretos mundiais
1967	69,4	0,6	105,5
1973	73,9	26,1	208,1
1980	78	22	504,5
1989	80,8	19,2	1402,9

Fonte: Depto. de comércio dos EUA (apud Chesnais, 1996).

¹¹ Em nossa Imprensa nativa, este epíteto tem sido repetido de forma unânime, lamentavelmente.

O modelo anglo-saxão torna-se portanto o parâmetro a ser seguido por todos. Este modelo baseia-se em maior presença do mercado, maior individualismo e diminuição progressiva das formas de proteção social. Entretanto, percebeu-se, nos anos 80, que estas medidas de flexibilização dos mercados de trabalho e a pressão sobre os direitos sociais resultaram em ampliação da precariedade do trabalho, o que significa diminuição dos salários reais, aumento do desemprego, aumento da proporção de trabalhadores com jornada de trabalho parcial, aumento do número de contratos de tempo determinado e fundamentalmente ampliação das desigualdades de renda (Mattoso, 1995).

Um livro que é referência obrigatória para a discussão da questão do emprego na Europa desde as reformas liberais, organizado por Rodgers (1989), que relata e analisa diversas experiências nacionais, deixa muito claro que a escalada de medidas liberalizantes voltadas aos respectivos mercados de trabalho destes países foram extremamente ineficazes para resolver a questão do emprego. Contrariamente aos objetivos mais claramente perseguidos pelos formuladores de políticas econômicas das últimas décadas, as medidas liberalizantes, em contexto de crescimento econômico fraco, tiveram entre seus resultados principais um aumento do desemprego e uma acelerada precarização dos postos de trabalho ainda remanescentes, em muitos casos com ampliação significativa das desigualdades de rendimentos.

Isto vale não somente para a Europa. Nos EUA, por exemplo, em que pese o fato de que o desemprego não tenha aumentado tanto (embora é bom que se registre que em boa medida este desemprego 'pequeno' dos EUA relaciona-se a critérios metodológicos como, por exemplo, a exclusão, do conjunto computado de desempregados, das pessoas que estão procurando seu primeiro emprego), é evidente a ampliação da concentração pessoal e funcional da renda (Wolff, 1995¹²) e o aumento da precariedade do trabalho, conforme aponta livro de Rifkin (1996). Para exemplificar tal situação, vale lembrar passagem em que Davidson e Davidson (1996) narram a resposta de um trabalhador

12 Este trabalho mostra dados impressionantes sobre a concentração de renda e de riqueza nos EUA a partir dos anos 80. Vamos a alguns deles: entre 1983 e 1989, os 20% mais ricos detentores de riqueza apropriaram-se de 99% (!!!) da nova riqueza produzida no período pela economia americana; ainda entre 1983 e 1989, o percentil mais rico (1% mais rico da população com rendimentos) apoderou-se de cerca de um terço (37,4%) do acréscimo total da renda real gerada.

metalúrgico americano que havia perdido seu emprego altamente qualificado, ao ser perguntado por um jornalista o que achava do fato de que somente no primeiro ano do governo Clinton haviam sido criados três milhões de empregos. Ele respondeu: "Ah, sim. Somente entre minha mulher e eu foram criados quatro". Este trabalhador estava agora ocupado como motorista de ônibus em um período do dia e de balconista do Mc Donald's em outro; sua esposa, que antes não trabalhava, também passou a ter uma ocupação no Mc Donald's e ainda tinha uma outra ocupação, na qual arrumava prateleiras em uma loja de varejo. Os quatro rendimentos somados eram ainda inferiores ao salário que este trabalhador tinha anteriormente na empresa metalúrgica da qual havia sido demitido.

É neste quadro de deterioração social, de um lado, e ampliação das medidas liberalizantes nos mercados de trabalho, produtos e no mercado financeiro, de outro, que vai sendo transformada a economia internacional. Na verdade, a deterioração dos mercados de trabalho representa um resultado¹³ de um quadro institucional de funcionamento da economia internacional que não cria bases sólidas para a ampliação dos investimentos produtivos. Pelo contrário, são os investimentos financeiros, com lastro em títulos públicos e privados, que toma maior impulso, especialmente a partir das medidas liberalizantes providas nos mercados de dinheiro a partir dos anos 80, com decisiva participação dos governos americano e britânico. Estas medidas representam a verdadeira consolidação da hegemonia liberal nos tempos mais recentes. A globalização financeira amplia o poder do mercado financeiro e debilita o raio de manobra dos Estados Nacionais, dificultando a realização da política econômica. Consolida-se assim a chamada 'sociedade dos rentistas', na qual o Estado Nacional tem como principal tarefa a defesa da remuneração dos títulos financeiros públicos e privados, sob pena de sofrer uma maciça fuga de capitais

¹³ Esta é exatamente a interpretação que separa os liberais dos keynesianos em relação aos mercados de trabalho. Os liberais, apesar dos resultados desastrosos já comprovados na prática, insistem em sugerir um aprofundamento das medidas 'flexibilizadoras' no funcionamento dos mercados de trabalho, com o objetivo de diminuir o desemprego. Os keynesianos, por seu turno, consideram que o emprego depende do nível de demanda efetiva, não sendo possível aumentar o emprego através de medidas diretas sobre a forma de funcionamento dos mercados de trabalho. Pelo contrário, medidas que reduzem salários e direitos que representem melhor remuneração do trabalho acabam, isto sim, aumentando o desemprego, pois reduzem a demanda efetiva.

de curto prazo, debilitando a moeda nacional via deterioração do balanço de pagamentos. Esta ampliação da participação dos rendimentos financeiros na renda total gerada nas economias nacionais representa a principal causa da escalada de concentração pessoal e funcional da renda nos países capitalistas, conforme mostrou Wolff (1995).

A massa de recursos financeiros que gira hoje no 'cassino global' já supera a totalidade das reservas monetárias dos Bancos Centrais dos países. O mercado internacional de câmbio movimentava diariamente cerca de US\$ 1,2 trilhão. Para dar outra idéia da dimensão do aumento do capital financeiro, basta frisar que, entre 1975 e 1990, os empréstimos bancários internacionais cresceram de US\$ 40 bilhões para mais de US\$ 300 bilhões (Walter, 1993).

A tributação do capital financeiro torna-se cada vez mais difícil, uma vez que este capital é cada vez mais volátil e com peso relativo, no total de riqueza acumulada, cada vez maior, conforme demonstrou o notável livro de Chesnais (1996)¹⁴. A órbita de valorização financeira do capital vai tornando-se, portanto, cada vez mais importante do que a órbita de valorização produtiva. Em outras palavras, a forma D-D' adquire peso cada vez mais importante na atual ordem econômica internacional, suplantando a importância da clássica forma D-M-D', pela qual a valorização do capital implicava o emprego de equipamentos e bens de capital e, portanto, o emprego de mão-de-obra para a extração da mais-valia. Como diz Viviane Forrester (1997), a luta hoje não é contra a exploração da mão-de-obra mas contra o fato de que ela precisa, cada vez menos, ser explorada para que o capital se valorize.

Feitas estas considerações a respeito da correlação entre a crise nos mercados de trabalho e as mudanças na forma de internacionalização do capital nas últimas décadas, resta-nos ainda uma tarefa importante, qual seja, a de qualificar de forma mais adequada as mudanças assumidas pelo papel desempenhado pelos Estados Nacionais na or-

14 Chesnais mostra que, entre 1980 e 1992, a taxa de crescimento anual real da formação bruta de capital fixo foi de 2,3 %, enquanto os ativos financeiros acumulados cresceram à taxa anual média real de 6% no mesmo período. Em 1992, o total de ativos financeiros acumulados, ainda segundo este autor, somava 35.483 bilhões de dólares, enquanto o produto bruto na área da OCDE somava 16.770 bilhões de dólares. O autor apresenta projeções de que, no ano 2000, esta relação será ampliada, provavelmente com o estoque de ativos financeiros apresentando o triplo do acumulado na forma de produto bruto.

dem econômico-financeira atual, pois desta maneira poderemos fazer uma crítica ao discurso ufanista da globalização.

Uma das falácias do argumento liberal, que os turiferários da atual ordem econômica internacional são useiros e vezeiros em repetir, é a de que o 'Estado acabou' e que 'não há como reagir à nova ordem econômica'. Prefiro, entretanto, ficar com a posição de François Milewsky (1997), segundo a qual a globalização na verdade ampliou a heterogeneidade entre os Estados Nacionais, ou seja, na atual ordem de finanças globalizadas, alguns países têm maior raio de manobra do que outros para realizar seus objetivos de política econômica. Milewsky (1997) alerta que a chamada globalização não pode e não deve servir de desculpa para a omissão dos Estados em defender seus sistemas de proteção social (embora seja oportuno registrar que em muitos países o receituário liberal não é sequer totalmente adotado). Os países mais fortes têm Estado Nacional mais atuante, seja para defender a coesão social interna seja para atender aos interesses das empresas transacionais sediadas em seus países (quem não se lembra, por exemplo, do conhecido caso do Projeto Sivam, ocorrido no ano passado, no Brasil, no qual o presidente norte-americano Bill Clinton empenhou-se pessoalmente pela manutenção do contrato inicial, que garantia a participação (e os lucros) de uma empresa norte-americana?).

Tabela 6. Parcela da renda criada no setor privado retida pelo capital 1970-1996

Países selecionados	'70-77(*)	1984	1990	1994	1996 (**)
EUA	31,9	33,6	33,5	33,3	33,4
JAPÃO	34,6	30,3	32,0	30,2	28,7
ALEMANHA (***)	34,0	34,0	37,1	39,2	40,1
FRANÇA	31,2	30,7	37,6	39,8	41,0
ITÁLIA	31,0	36,4	37,3	39,7	41,7
REINO UNIDO	29,7	31,9	28,4	30,9	31,2
CANADÁ	34,5	39,3	35,1	33,8	35,1
MÉDIA DO G7	32,4	33,1	33,9	34,2	34,4
DINAMARC	31,5	35,6	36,7	39,9	40,3
SUÉCIA	28,8	33,1	27,4	34,6	33,3

Fonte: OCDE, Economic Outlook, n.º 57, junho/1995.

(*)média do período 1970-1977; (**)previsão;

(***)até 1990, inclusive, dados apenas da antiga Alemanha Ocidental.

Milewsky (1997) afirma que não foi a mundialização que minou o Estado, que colocou em cheque a Previdência Social, que reduziu a importância dos serviços públicos e que quebrou os laços de solidariedade social nos principais países do mundo. Na verdade, isto tudo resultou da ruptura do processo de crescimento econômico sustentado que, enquanto existiu, gestou e manteve todas as conquistas do pós-guerra. **O problema maior foi que cessou o crescimento econômico.** Mas por que ele cessou? Milewsky lembra que isto está relacionado à forma específica com que a mundialização do capital foi conduzida, na qual foi concedida primazia à lógica da valorização do capital financeiro e aos ganhos de curto prazo. Não foram criadas as condições históricas específicas para fundar regras de uma nova ordem internacional, baseada no emprego e na produção. Estas avaliações de Milewsky mostram a falácia do argumento fatalista dos liberais segundo o qual a atual ordem internacional representa o fim da História e exige dos diversos países uma adaptação sem maiores contestações à atual ordem mundial 'global'.

O quadro de intensas modificações na forma de internacionalização do capital desde o pós-guerra desembocou, portanto, em uma ordem econômica mundial marcada por elevada instabilidade financeira e crescentes dificuldades de criação de mecanismos para recuperar o investimentos produtivo e reverter mesmo que minimamente o processo de ampliação da heterogeneidade dos mercados de trabalho nacionais. Uma manifestação incontestável dos efeitos desta ordem financeira internacional sobre o trabalho pode ser visualizada pelas informações contidas na tabela 6, que revela uma ampliação das desigualdades funcionais de renda nos diversos países capitalistas e na tabela 7, que mostra um aumento das desigualdades pessoais de renda e de riqueza na maior economia capitalista do globo. Além desta, a tabela 8 apresenta dados que são suficientemente eloquentes para desmistificar a carga ideológica e ufanista de que se traveste o termo 'globalização' nos tempos atuais, de hegemonia liberal.

Os dados da tabela 8 apontam que, ao contrário do que sugere o termo 'globalização', o que está havendo na economia internacional, na verdade, é uma ampliação das desigualdades de renda existentes entre

Tabela 7. Alterações na distribuição pessoal da renda e da riqueza Estados Unidos 1983 - 1989 em %

Estratos	RIQUEZA		RENDA	
	1983	1989	1983	1989
1% mais rico	33,7	38,9	13,4	16,4
restantes 20% mais ricos	47,6	45,7	38,5	39,1
80% mais pobres	18,7	15,4	48,1	44,5
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: Wolff (1995).

os países. Ou seja, nas últimas seis décadas (pelo menos), o que tem ocorrido é um aumento na distância entre os rendimentos per capita (expressos pelo PNB per capita) de diversos países periféricos e os dos países centrais (representados, na tabela 8, por um conjunto de

Tabela 8. Performance Econômica Comparativa Continentes e países selecionados 1938-1988

Continentes ou países	1938	1948	1960	1970	1980	1988
Japão	20,7	14,5	23,2	52,1	76,3	117,9
Coréia do Sul	n.d.	n.d.	7,7	7,2	12,7	20,2
Itália	32,0	22,8	37,0	50,4	60,9	74,8
BRASIL	12,0	11,3	12,1	12,7	17,5	12,1
América Latina	19,5	14,4	16,7	15,5	19,8	10,6
Oriente Médio e norte da África	n.d.	n.d.	11,5	8,1	11,1	7,1
Sul da África	8,2	7,5	3,6	2,8	2,0	1,8
Sudeste da Ásia	n.d.	n.d.	6,6	3,8	5,7	3,7

Obs.: Os números representam o PNB per capita da região ou do país em questão dividido pelo PNB per capita calculado conjuntamente para um núcleo de países centrais (constituído pelos países da Europa Ocidental e também pelos EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia) em cada ano considerado.

Dados citados por Giovanni Arrighi (1995)

países que reúne EUA, Europa Ocidental, Austrália e Nova Zelândia - países incluídos no cálculo do rendimento médio que serviu como base de comparação com os rendimentos per capita dos demais países), com as exceções de alguns poucos países asiáticos (os quais, ironicamente, representam, hoje, o epicentro de uma crise cujo desfecho é difícil de avaliar qual será...).

A mundialização do capital gera (como alerta Chesnais, 1996), para alguns países e para algumas regiões dentro de cada país, vantagens maiores do que para outros. Ou seja, não está sendo ampliada somente a distância entre países, conforme a tabela 8 demonstra, mas também, em muitas situações, a distância entre as oportunidades econômicas criadas em diferentes regiões dentro de um mesmo país¹⁵. Este fenômeno recoloca, em muitos países (desenvolvidos ou não) mais um elemento de inquietação social, detonando movimentos separatistas¹⁶ ou de ódio aos estrangeiros - todos, sem dúvida, com conotações claramente fascistas.

A mundialização do capital, nos moldes em que tem ocorrido, ameaça a Democracia.

5. CONCLUSÕES DECEPCIONANTES

É curioso notar que a iminência de destruição total do planeta sob o clima desfavorável de bipolarização política entre as principais potências da Guerra Fria tenha criado as condições concretas para que o

15 Ver Pacheco (1996) e Mattos (1996), sobre desigualdades regionais no Brasil e suas perspectivas sob a ordem econômica atual.

16 É claro que há países em que estes movimentos separatistas têm mais tradição (como Espanha e Irlanda, por exemplo) do que em outros, assim como também não estou perdendo de vista que há inúmeras outras causas (religiosas, políticas etc.) que explicam a existência destes movimentos. O que estou argumentando é que a tendência de ampliação das desigualdades econômicas regionais em um grande número de países pode servir como novo impulsionador destes movimentos, tanto dos já tradicionais como alguns que começaram ultimamente a ganhar novo impulso. Do ponto de vista político, a ampliação do desemprego (indistintamente nos vários países e regiões), a crise da Previdência e a própria ampliação das desigualdades regionais muitas vezes fazem parte de um conjunto de fatores que criam um ambiente propício à ação demagógica de líderes separatistas, que elegem os 'outros' (oriundos de outras regiões ou de outros países) como responsáveis pela crise econômica local e pela falta de perspectivas de melhoria dos padrões de vida de populações cujos interesses e aspirações estes líderes políticos alegam representar.

mundo capitalista construiu uma ordem internacional relativamente estável e que criou condições para uma prosperidade econômica com níveis aceitáveis de solidariedade social. Com a crise das economias do Leste Europeu e a queda do socialismo real, criou-se a ilusão de que o capitalismo venceu (superando definitivamente os ideais socialistas) e então os ideais liberais voltaram com toda a força, impondo suas regras e fortalecendo os interesses principalmente do capital financeiro e especulativo.

O austríaco de pais húngaros Karl Polanyi já alertou, há mais de 50 anos, sobre os horrores da sociedade fundada apenas nos valores do mercado e no dogma da livre iniciativa sem peias. Polanyi (1994) mostrou que esta crença no livre mercado, que era hegemônica ainda nas primeiras décadas do século XX, conduziu o mundo ao fascismo/nazismo e a duas guerras mundiais. Este mesmo autor mostrou magistralmente como as engrenagens da economia capitalista, especialmente se estiverem operando em regime de 'mercado livre' ou de mercado 'auto-regulável', vai esmagando as condições de vida dos indivíduos.

Apesar da ampliação das desigualdades pessoais, funcionais e regionais de renda e do aumento da distância de rendimentos e padrão de vida entre os países e da alta instabilidade econômica que vive hoje a economia internacional, ainda pode ser percebida uma impressionante escalada da hegemonia neoliberal e de todos os axiomas que lhe dão sustentação. A modernidade de que tantos falam representa, na verdade, especialmente (mas não só) do ponto de vista social, um retorno ao século XIX. A ideologia liberal e a forma de funcionamento das relações econômicas internacionais recolocam diversas características presentes na forma de funcionamento da economia no século XIX. Afinal de contas, o que mais do que a vetusta Lei das Vantagens Comparativas de Ricardo, formulada no início do século XIX, explica a crença, hoje generalizada, de que o livre comércio mundial trará vantagens para todos os países? O que justifica que aos países seja sempre sugerida a criação de condições **estáveis para o capital**, ao mesmo tempo em que se apregoam 'reformas' no mundo do trabalho que geram crescente **instabilidade e insegurança para os trabalhadores**, como ocorre, por exemplo, na atual discussão das regras de ajusta-

mento dos países europeus para a entrada no regime de moeda única da Europa Unificada?

6. BIBLIOGRAFIA

- ARRIGHI, G. "A desigualdade mundial na distribuição de renda e o futuro do Socialismo", in *O Mundo Depois da Queda*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1995.
- BELLUZZO, L.G. "O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados", in: *Economia e Sociedade*. Revista do Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, junho de 1995.
- BELLUZZO, L.G. "O despotismo dos estoques", in *Carta Capital*, revista semanal. Ano II, número 26, 26/06/96.
- BORDO, M.D. *The Bretton Woods International Monetary System: a historical overview*. In: BORDO, M.D. & EICHENGREEN, B. (org.) *A Retrospective on the Bretton Woods System*. The University of Chicago Press, Chicago, 1994.
- BORDO, M.D. & EICHENGREEN, B. (org.) *A Retrospective on the Bretton Woods System*. The University of Chicago Press, Chicago, 1994.
- BOYER, R. "Une lecture régulationniste de la croissance et de la crise" in: Combemale, P. e Piriou, J. (org.), *Nouveau Manuel de Sciences Économiques et Sociales*, Ed. La Découverte, Paris, 1995-cap.XVIII, pgs. 473-496).
- CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. Ed. Xamã. São Paulo, 1996.
- CHESNAIS, F. "Mondializzazione del capitale e regime d'accumulazione a dominanza finanziaria", in *Miseria della Mondializzazione*. Roma, 1997.
- CORDELLIER, S. e DOUTAT, F. (coord.). *Mondialisation: au-dela des mythes*. Les Dossiers de l'état du monde. Ed. La Découverte. Paris, 1997.

- COUTINHO, L. e BELLUZZO, L.G. "O desenvolvimento do capitalismo avançado e a reorganização da economia mundial do pós-guerra", in: *Estudos Cebrap*, n.23, 1984.
- DAVIDSON, G. e DAVIDSON, P. *Economics for a Civilized Society*. Ed. Macmillan. London, 1996.
- DEDECCA, C. "Desregulação e desemprego no capitalismo avançado", in: *São Paulo em Perspectiva*, 10(1). São Paulo. Fundação SEADE, 1996.
- EPSTEIN, G. & SCHOR, J.B. *Macropolicy in the Rise and Fall of the Golden Age*, in: Marglin, S. & Schor, J. (org.).
- EICHENGREEN, B. *Globalizing Capital - A history of the international monetary system*. Princeton University Press, 1996.
- FORRESTER, V. *O Horror Econômico*. Ed. UNESP. São Paulo, 1997
- FREYSSINET, J. "Emploi et chômage", in : Combemale, P. e Piriou, J.P. (orgs.). *Nouveau Manuel Sciences Économiques et Sociales*, La Découvert, Paris, 1995 (cap.XIX, pgs. 505-525).
- GLYN, A., HUGHES, A., LIPIETZ, A. and SINGH, A. *The Rise and Fall of the Golden Age*, in: Marglin, S. & Schor, J. (org.), 1990.
- GLYN, A. "Growth and equality since 1945: the role of the State in OCDE Economies", in *The State and the Economic Process*, editado por C.W.M. Naastepad and Servaas Storm. Centre for Development Planning. Erasmus University Rotterdam. Edward Elgar. Cheltenham, UK - Brookfield, US, 1996.
- GONÇALVES, R. "Globalização e Emprego". *Revista Brasileira de Comércio Exterior (RBCE)*, número 46, jan/mar 1996.
- GORENDER, J. *Estratégias dos Estados Nacionais diante do processo de globalização*. Mimeo, 1997.
- GREIDER, W. *One World, Ready or Not : The Manic Logic of Global Capitalism*. Ed. Simon & Schuster. New York, 1997.

- GUTTMANN, R. *How Credit-Money Shapes the Economy*. M.E. Sharpe, New York, 1994.
- HIRST, P. e THOMPSON, G. *La globalizzazione delle economie*. Editori Riuniti. Roma, 1997 (versão em italiano do livro *Globalization in Question*, editado na Inglaterra em 1996).
- HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos - o breve século XX (1914-1991)*. Companhia das Letras, São Paulo, 1995.
- KAPSTEIN, E. *Governing the Global Economy: international finance and the state*. Harvard University Press, 1996.
- KURZ, R. "Até a Última Gota". *Caderno Mais!* Folha de S. Paulo, 24 de agosto de 1997.
- LATOUCHE, S. "La mondializzazione contro l'ética", in *Miseria della Mondializzazione*. Roma, 1997.
- MADDISON, A. *The World Economy in the 20th Century*. OCDE. Paris, 1989.
- MARGLIN, S. *Lessons of the Golden Age: an overview*, in: Marglin s. & Schor, J. (org.).
- MARGLIN, S. & SCHOR, J. *The Golden Age of Capitalism*. Clarendon Press Oxford, 1990.
- MATTOSO, J. *A Desordem do Trabalho*. Ed. Scritta, São Paulo, 1995.
- MATTOSO, J. "Emprego e Concorrência Desregulada: incertezas e desafios", in: Mattoso, J. e Oliveira, C.A. *Crise e Trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo, Scritta, 1996(a).
- MATTOSO, J. *Desafios do Desemprego*. 1996(b). Mimeo.
- MATTOS, F.A.M. "Lições do Capitalismo Organizado: o mercado de trabalho do pós-guerra nos países capitalistas centrais", in: *Ensaí-os FEE* (Fundação de Economia e Estatística), n. 35, FEE, Porto Alegre, 1997.

- MATTOS, F.A.M. "Distribuição Regional da renda no Brasil: determinantes históricos e perspectivas". In: *Cadernos da FACECA (PUCCAMP)*, volume 5, número 1. Jan./Jun. 1996.
- MIKESELL, R. *The Bretton Woods Debates: a memoir*. Essays in International Finance. Princeton University, 1994.
- MILEWSKY, F. "Les marges de manoeuvre des politiques économiques", in *Mondialisation: au-dela des mythes*. Les Dossiers de l'état du monde. Ed. La Découverte. Paris, 1997.
- MOFFITT, M. *O Dinheiro do Mundo - de Bretton Woods à beira da insolvência*. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1984.
- PACHECO, C.A. *A Questão Regional Brasileira pós-1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional*. Tese de Doutorado. IE/UNICAMP. Campinas, 1996.
- PLIHON, D. "Les enjeux de la globalisation financière", in *Mondialisation: au-dela des mythes*. Les Dossiers de l'état du monde. Ed. La Découverte. Paris, 1997.
- POLANYI, K. *The Great Transformation: the political and economic origins of our time*. Boston:beacon, 1994. (reedição)
- RODGERS, J. (org.), *Precarious Jobs in labour market regulation: the growth of atypical employment in Western Europe*. Genebra, IILS/ILO, 1989.
- RIFKIN, J. *O Fim dos Empregos*. São Paulo, Makron Books, 1995.
- VAN DER WEE, H. *Prosperity and Upheaval*. The World Economy 1945-1980. Pelikan Books, London, 1987.
- WALTER, A. *World Power and World Money*. Ed. Harvester Wheatsheaf/Simon & Schuster. Great Britain, 1993.
- WOLFF, E. *How the pie is sliced. America's Growing Concentration of Wealth*. The American Prospect, n.22 (Summer 1995). USA.